Art. 11.º O disposto nos §§ 1.º, 2.º e 5.º do artigo 773.º do Código Administrativo não é aplicável aos estabelecimentos abrangidos por este diploma.

Art. 12.º — 1. No prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente diploma, deverão os exploradores dos estabelecimentos por ele abrangidos submeter à aprovação da Direcção-Geral do Turismo novas tabelas de preços, para cumprimento do disposto nos artigos 1.º e 2.º

2. A Direcção-Geral do Turismo, no prazo de oito dias, contado da data da entrada da proposta dos preços que os interessados pretendem praticar, remeterá à Inspeção-Geral das Actividades Económicas um exemplar da mesma proposta.

3. Para execução do disposto no número anterior devem os interessados apresentar na Direcção-Geral do Turismo, em triplicado e em impresso normalizado, a proposta dos preços que pretendem praticar, destinando-se um dos exemplares a ser-lhes devolvido, com a data da entrada, para servir de recibo.

4. A Direcção-Geral do Turismo não poderá aprovar os preços propostos sem o prévio parecer favorável da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, que, para o efeito, se deverá pronunciar no prazo de trinta dias, contado da data da entrada nos serviços do exemplar mencionado no n.º 3. Findo esse prazo e não havendo qualquer comunicação, entender-se-á que o parecer é concordante com a tabela apresentada.

5. A Direcção-Geral do Turismo terá um prazo de trinta dias para aprovar os preços propostos, contado da data em que terminar o prazo para a Inspeção-Geral das Actividades Económicas dar o seu parecer, findo o qual se considerarão tacitamente aprovados.

6. Recebidas as tabelas de preços aprovadas nos termos deste artigo, ou verificada a aprovação tácita prevista no número anterior, os exploradores dos estabelecimentos deverão enviar à Direcção-Geral do Turismo as anteriores tabelas em seu poder, no prazo de quinze dias, sob pena de incorrerem no crime de desobediência previsto no artigo 188.º do Código Penal.

Art. 13.º O presente diploma entra em vigor no dia 15 de Junho de 1973, com excepção do artigo 12.º, que entrará imediatamente.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias*.

Promulgado em 15 de Março de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 224/73

de 30 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Justiça e das Finanças, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 6.º

do Decreto-Lei n.º 76/73, de 1 de Março, observar o seguinte, a partir desta mesma data:

1.º São extensivas aos conservadores, notários, funcionários de justiça e pessoal auxiliar dos registos e do notariado as normas estabelecidas no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro.

2.º É aplicável o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 76/73, de 1 de Março, relativamente aos vencimentos dos conservadores, notários, funcionários de justiça e pessoal auxiliar dos registos e do notariado e aos salários do restante pessoal satisfeitos pelos Cofres Geral dos Tribunais e dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça.

Ministérios da Justiça e das Finanças, 26 de Março de 1973. — O Ministro da Justiça, *Mário Júlio Brito de Almeida Costa*. — O Ministro das Finanças, *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 138/73

de 30 de Março

Considerando que o Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República Portuguesa entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1973;

Considerando que o Acordo análogo entre os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República Portuguesa, por outro lado, tem de ser submetido à aprovação de cada Parte Contratante, segundo as regras constitucionais que lhes são próprias;

Considerando que esse Acordo ainda não foi ratificado por todos os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço;

Considerando que em relação a Portugal esse Acordo foi aprovado pela Assembleia Nacional e ratificado pelo Presidente da República em 15 de Dezembro de 1972 e publicado no suplemento ao *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 290, de 15 de Dezembro de 1972;

Considerando que esse Acordo prevê a aplicação das regras de origem constantes do Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República Portuguesa;

Considerando a vantagem de aplicar as reduções pautais estabelecidas nesse Acordo concomitantemente com as do Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República Portuguesa e que os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço adoptarão idênticas medidas;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Desde 1 de Abril até 31 de Dezembro de 1973 os direitos de importação que incidem sobre os produtos aos quais se aplicará o Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República Portuguesa, por outro lado, fixam-se em 80 % do direito de base.

2. O direito de base em relação ao qual a redução prevista no número anterior deverá ser efectuada é

o direito efectivamente aplicado para cada produto em 1 de Janeiro de 1972.

Os direitos reduzidos são aplicados arredondando-se à primeira decimal.

3. Em relação aos aludidos produtos, nenhum novo direito de importação será introduzido durante o mesmo período no comércio entre Portugal e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Art. 2.º As disposições que estabelecem as regras de origem para a aplicação do Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República Portuguesa, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1973, são igualmente aplicáveis aos produtos referidos neste diploma.

Art. 3.º Os Secretários de Estado do Orçamento e da Indústria podem, por portaria conjunta, introduzir as medidas de salvaguarda que se revelem necessárias e, nomeadamente, retirar as concessões pautais previstas no artigo 1.º

Art. 4.º O presente decreto-lei caducará com a entrada em vigor do Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República Portuguesa, por outro lado, e, o mais tardar, no dia 31 de Dezembro de 1973.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias*.

Promulgado em 30 de Março de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 139/73

de 30 de Março

Considerando que, por força dos Acordos celebrados por Portugal com as Comunidades Europeias, o certificado de circulação das mercadorias — título justificativo para a aplicação do regime preferencial ali previsto — é emitido pelas autoridades aduaneiras portuguesas relativamente às mercadorias a exportar;

Considerando que, por força da Decisão n.º 1/73 do Conselho da Associação Europeia de Comércio Livre, a prova documental para aplicação do regime pautal da área passa a ser feita através de certificados de circulação das mercadorias a emitir pelas autoridades aduaneiras;

Considerando, por isso, que são aquelas autoridades que assumem sempre a responsabilidade pela exactidão dos certificados de circulação emitidos;

Considerando, portanto, que as aludidas autoridades terão de efectuar o *contrôle* da autenticidade e da regularidade dos certificados de circulação das mercadorias, sendo, assim, de prever, em certos casos, a necessidade de inquéritos às actividades industriais ou comerciais dos produtores e exportadores, bem como de exames à respectiva contabilidade, como meio para a confirmação dos elementos por estes

apresentados conducentes à obtenção de tais certificados de circulação;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Compete às alfândegas a certificação da origem das mercadorias exportadas com destino aos territórios das Comunidades Europeias e aos Estados Membros da Associação Europeia de Comércio Livre.

Art. 2.º — 1. É cometida à Direcção-Geral das Alfândegas o *contrôle* da autenticidade e da regularidade das declarações produzidas pelos exportadores para a emissão dos respectivos certificados de circulação das mercadorias.

2. Para esse efeito, a Direcção-Geral das Alfândegas poderá solicitar dos exportadores os elementos necessários à comprovação da origem, assim como poderá proceder a inquéritos e a exames da contabilidade dos exportadores ou dos respectivos produtores e das circunstâncias relativas ao fabrico das mercadorias.

Art. 3.º A certificação da origem é feita nas instâncias aduaneiras, no momento da exportação das mercadorias, pela emissão do competente certificado de circulação das mercadorias.

Art. 4.º O certificado de circulação das mercadorias só pode ser emitido se for susceptível de constituir o título justificativo para aplicação do regime preferencial estabelecido nos Acordos celebrados com as Comunidades Europeias ou do regime pautal da área previsto na Convenção que instituiu a Associação Europeia de Comércio Livre.

Art. 5.º O certificado de circulação das mercadorias é emitido pelas autoridades aduaneiras, unicamente, mediante pedido escrito do exportador, em formulário estabelecido para o efeito.

Art. 6.º — 1. O certificado de circulação das mercadorias, devidamente preenchido pelo exportador, em quatro exemplares, acompanhado do pedido, é apresentado na estância aduaneira por onde correr o respectivo despacho de exportação, recebendo aí o competente número de ordem.

2. Ao pedido corresponderá o mesmo número de ordem do respectivo certificado de circulação.

Art. 7.º O certificado de circulação das mercadorias é visado pelas autoridades aduaneiras no momento da exportação das mercadorias a que respeita, momento em que se considera de facto emitido.

Art. 8.º — 1. O certificado de circulação das mercadorias é emitido numa das línguas em que está redigido o Acordo e em conformidade com as disposições do direito interno português.

2. Se o certificado de circulação for manuscrito, deve sê-lo a tinta e em caracteres de imprensa. Não deve conter emendas ou rasuras. As modificações que lhe forem introduzidas devem ser efectuadas riscando as indicações erradas e acrescentando as indicações pretendidas. Qualquer modificação assim efectuada deve ser ressalvada pelo exportador ou seu representante habilitado e visada pelas autoridades aduaneiras.

3. Cada verba indicada num certificado de circulação das mercadorias deve ser precedida de um número de ordem. Imediatamente após a última inscrição deve traçar-se uma linha horizontal. Os espaços em branco devem ser trancados, de forma a impossibilitar qualquer inscrição ulterior.